

ECONOMIA

## **BOLSONARO ASSINA MP DE INCENTIVO À REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS COM A UNIÃO; DESCONTO É DE ATÉ 70%**

DESCONTO PODERÁ CHEGAR A 70% PARA PESSOA FÍSICA E MICROEMPRESA. GOVERNO CALCULA QUE, NA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA, 1,9 MILHÃO DE DEVEDORES PODERÃO REGULARIZAR DÉBITOS.



Publicado em 16/10/2019 às 20:45 (Atualizado em 21/11/2024 às 08:38), postado por Guilherme Mazui e Mateus Rodrigues, Fonte: G1 e TV Globo ? Brasília

O presidente Jair Bolsonaro assinou nesta quarta-feira (16), em cerimônia no Palácio do Planalto, uma medida provisória com regras para facilitar acordos entre a União e seus devedores, com o objetivo de quitar as dívidas.

No caso de cobrança de dívida tributária ativa, o governo informou que a MP poderá auxiliar 1,9 milhão de devedores a regularizar seus débitos com a União, que superam R\$ 1,4 trilhão.

Uma das possibilidades é um desconto de até 50% sobre o total da dívida, que pode aumentar para até 70% no caso de pessoa física e micro ou pequena empresa .

O cálculo do desconto vai considerar o total da dívida, mas o percentual de desconto incidirá

somente sobre os acréscimos ao principal da dívida, ou seja, juros, multas e encargos. O desconto nos acréscimos não poderá superar 70% do valor original da dívida.

"O limitador total do desconto observa o valor total da dívida, mas, na incidência desse desconto, só pode pegar a base de acréscimos. Ou seja, na prática, pode ser um caso que não vai conseguir chegar a 70% de toda a dívida. Por quê? Porque eu não posso alcançar o principal. Como eu disse, desconto em até 70%. Quando for incidir isso, incide nos juros, multas e encargos", explicou Cristiano Neuenschwander Lins de Moraes, procurador-geral adjunto de Gestão da Dívida Ativa da União.

O desconto máximo vai depender de como a dívida é composta. Se a maior parte do débito for resultante de juros e multas, o devedor poderá receber um abatimento maior. Se a maior parte for o valor "original" do débito, o desconto tende a ser menor.

No caso de uma dívida total de R\$ 1 mil, por exemplo, o desconto poderá chegar a até R\$ 700 ? desde que haja R\$ 700 pendentes de juros, multas e encargos.

Se desses R\$ 1 mil, R\$ 800 forem o valor "original", o desconto máximo ficará em R\$ 200 (os 20% adicionais). O desconto não poderá incidir sobre os R\$ 800 da dívida original.

## **A MP**

Assinada em uma cerimônia no Palácio do Planalto, a medida é chamada pelo governo de MP do Contribuinte Legal.

O texto regulamenta a chamada transação tributária, prevista no Código Tributário Nacional como uma ferramenta para regularização de débitos com o governo. A negociação para regularizar as dívidas poderá ser feita pela União, autarquias e fundações.

De acordo com o Ministério da Economia, a transação tributária "representa uma alternativa" fiscal mais "justa" do que os sucessivos programas de refinanciamento de dívidas, os chamados refis, adotados ao longo dos anos por vários governos.

Os refis adotavam regras gerais, que valem para grandes conjuntos de devedores. As negociações previstas pela nova MP serão feitas com grupos menores e, por isso, de acordo com o governo, as particularidades individuais serão levadas mais em conta.

## **Previsão de arrecadação**

O governo informou que, "ao considerar uma estimativa conservadora", a MP poderá alcançar arrecadação de cerca de R\$ 15 bilhões ao longo de três anos. As previsões são:

**R\$ 5,5 bilhões em 2020**

**R\$ 5 bilhões em 2021**

**R\$ 4,4 bilhões em 2022**

### **Formas de negociação**

Em entrevista após a cerimônia, técnicos do governo explicaram que serão lançados editais ou portarias para que os contribuintes tenham a possibilidade de fazer a transação tributária, mediante adesão ou proposta. Nos atos, serão estabelecidas as condições e requisitos para o público-alvo da negociação.

De acordo com o Ministério da Economia, a negociação para o pagamento da dívida será aplicada em duas possibilidades:

Transações de cobrança da dívida ativa (valor efetivamente devido pelo contribuinte)

Transações de litígio tributário (dívidas contestadas na Justiça)

Dívida ativa

De acordo com o Ministério da Economia, as negociações para o pagamento da dívida ativa têm as seguintes possibilidades:

Desconto de até 50% sobre o total da dívida, percentual que pode aumentar para até 70% no caso de pessoa física e micro ou pequena empresa;

Pagamento em até 84 meses, que pode aumentar para cem meses nos casos de micro ou pequenas empresas;

Possibilidade de concessão de moratória, uma carência para o início dos pagamentos.

A negociação não inclui multas criminais ou decorrentes de fraudes fiscais;

As reduções ocorrem sobre as parcelas acessórias da dívida (juros, multas, encargos), não atingindo o valor do principal.

### **Litígios tributários**

No caso das transações de litígios tributários (dívidas), o governo avalia que poderá encerrar "centenas de milhares de processos", que envolvem valor superior a R\$ 600 bilhões no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), e R\$ 40 bilhões garantidos por seguro e caução.

**Entre as regras para a transação, estão:**

Edital poderá prever descontos e prazo de até 84 meses para pagamento;

Envolve contencioso administrativo e judicial;

A transação envolverá concessões recíprocas entre as partes;

A transação não poderá contrariar decisão judicial definitiva e não autorizará a restituição de valores já pagos ou compensados.

Bolsonaro fala em 'MP da segunda chance'

Em discurso, Bolsonaro destacou as vantagens da MP. Na opinião do presidente, a medida "visa atender a quem produz" no país. O presidente ainda destacou que as pessoas que desejam empreender perceberão que o Estado "está menos em cima" dos cidadãos.

O presidente chamou a medida de "MP da segunda chance". Ele afirmou que o governo deseja dar "uma segunda chance", assim como em relacionamentos amorosos, para pessoas que tenham dívidas.

O presidente afirmou que o governo não pode observar o empreendedor apenas como uma "fonte de renda".

"Não podemos nós, Estado, olhar para o contribuinte e termos uma ideia de que ali tem uma fonte de renda para nós", disse.

Bolsonaro também afirmou no discurso que investidores recuperam a confiança no Brasil em razão de o país deixar "cada vez mais" de ser "socialista".

"[Os investidores] Estão acreditando em nós. Isso vem de onde? Do restabelecimento da confiança, de cada vez mais nós deixarmos de sermos socialistas na economia [...]. O Brasil não pode ser socialista na economia. Uma interferência enorme por parte do Estado em cima de quem produz", afirmou.

[Tire dúvidas sobre a medida provisória](#)



AUTENTICAÇÃO

bb07f2c7aa4c748ef7007d9e5ffb8ed4

<https://exataiuna.com.br/noticia/2019/10/bolsonaro-assina-mp-de-incentivo-a-regularizacao-de-dividas-com-a-uniao-desconto-e-de-ate-70.html>